



**Comissão de Orçamento e Finanças Públicas**

**Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 647/2023**

**Voto do Relator**

**Relatório**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 18, de 24/08/2023) que "Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente para execução dos recursos recebidos pelo Município no âmbito da Lei Complementar federal nº 195, de 8 de julho de 2022."

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, o Projeto foi analisado pela Comissão de Legislação e Justiça, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade e pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, que concluiu por sua aprovação.

Tendo sido designado Relator, conforme despacho de recebimento, passo a análise do Projeto de Lei nº 647/2023, quanto ao mérito na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, conforme o art. 52, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno.

**Fundamentação**

De autoria do Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 647/2023, em suma, autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

A abertura de crédito visa promover a inclusão de fonte de recurso específica ao Orçamento Fiscal da Prefeitura, para execução de despesas de fomento ao setor



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

cultural e audiovisual a partir dos recursos recebidos pelo Município no âmbito da Lei complementar federal nº 195/2022, que "Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural."

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno.

Quanto ao mérito na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, cabe a análise de adequação da proposição com o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais; sua repercussão financeira; e a compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

O Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente, no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a fim de viabilizar a execução de diversas despesas a partir dos recursos recebidos pelo Município no âmbito da Lei Complementar federal nº 195, de 8 de julho de 2022, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19, dentre elas o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

A proposição está em conformidade com o que dispõe a Constituição da República no Capítulo II, Das Finanças Públicas, Seção II, Dos Orçamentos, quanto a autorização para abertura de créditos adicionais, em especial o que dispõe o art. 165, § 8º e art. 167, incisos III e V.

A constituição da República determina que a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.



Ainda, o texto constitucional veda, dentre outros, a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, e a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Dessa forma, conclui-se que o Projeto de Lei em análise encontra-se dentro das exceções permitidas pelo texto constitucional para abertura de créditos especiais, vez que representa autorização legislativa formal, a ser aprovada pelo Poder Legislativo, e contém a indicação específica dos recursos correspondentes.

Ressalta-se ainda que a proposição se encontra em estrita concordância com a Lei nº 4.320/1964, que em seu art. 43 dispõe: "A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa."

Também se verifica a conformidade com o art. 134 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, que reproduz o disposto no art. 167 da Constituição Federal e veda:

"Art. 134 - São vedados:

(...) III - a realização de operações de crédito:

(...) b) que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara, por maioria de seus membros;

(...) V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;"



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Por fim, ressalte-se que é de suma importância a inclusão da fonte de recurso específica ao Orçamento Fiscal da Prefeitura de Belo Horizonte para execução das despesas de fomento ao setor cultural e audiovisual a partir dos recursos recebidos pelo Município no âmbito da Lei Complementar federal nº 195, dado ao disposto na legislação federal:

“Art. 11. Dos recursos repassados aos Municípios na forma prevista nesta Lei Complementar, aqueles que não tenham sido objeto de adequação orçamentária publicada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da descentralização, deverão ser automaticamente revertidos aos respectivos Estados.”

No que tange a análise quanto ao mérito na comissão de Orçamento e Finanças Públicas, e pertinência com legislação orçamentária, concluo pela aprovação do Projeto de Lei 647/2023.

## Conclusão

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei 647/2023.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2023.

**Vereador Cleiton Xavier**

Relator

**Ver. Cleiton Xavier**  
Câmara Municipal de Belo Horizonte



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

### Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 648/2023

#### Voto do Relator

#### Relatório

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 19, de 24/08/2023) que "Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente para execução dos recursos recebidos pelo Município referente às Transferências do Salário-Educação."

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, o Projeto foi analisado pela Comissão de Legislação e Justiça, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade e pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, que concluiu por sua aprovação.

Tendo sido designado Relator, conforme despacho de recebimento, passo a análise do Projeto de Lei nº 648/2023, quanto ao mérito na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, conforme o art. 52, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno.

#### Fundamentação

De autoria do Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 648/2023, em suma, autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

A abertura de crédito visa promover a inclusão de fonte de recurso específica ao Orçamento da Seguridade Social da Prefeitura, para pagamento de despesas com



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

programas de alimentação escolar a partir dos recursos recebidos pelo Município referentes às Transferências do Salário-Educação.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno.

Quanto ao mérito na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, cabe a análise de adequação da proposição com o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais; sua repercussão financeira; e a compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

O Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente, no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a fim de viabilizar a execução de diversas despesas a partir dos recursos recebidos pelo Município referente às Transferências do Salário-Educação.

A proposição está em conformidade com o que dispõe a Constituição da República no Capítulo II, Das Finanças Públicas, Seção II, Dos Orçamentos, quanto a autorização para abertura de créditos adicionais, em especial o que dispõe o art. 165, § 8º e art. 167, incisos III e V.

A constituição da República determina que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Ainda, o texto constitucional veda, dentre outros, a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, e a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Dessa forma, conclui-se que o Projeto de Lei em análise encontra-se dentro das exceções permitidas pelo texto constitucional para abertura de créditos especiais, vez que representa autorização legislativa formal, a ser aprovada pelo Poder Legislativo, e contém a indicação específica dos recursos correspondentes.

Ressalta-se ainda que a proposição se encontra em estrita concordância com a Lei nº 4.320/1964, que em seu art. 43 dispõe: "A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa."

Também se verifica a conformidade com o art. 134 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, que reproduz o disposto no art. 167 da Constituição Federal e veda:

**"Art. 134 - São vedados:**

(...) III - a realização de operações de crédito:

(...) b) que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara, por maioria de seus membros;

(...) V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos

No que tange a análise quanto ao mérito na comissão de Orçamento e Finanças Públicos, e pertinência com legislação orçamentária, concluo pela aprovação do Projeto de Lei 648/2023.

## **Conclusão**

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei 648/2023.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirig	Fl.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2023.

  
**Vereador Cleiton Xavier**

Relator

**Ver. Cleiton Xavier**  
Câmara Municipal de Belo Horizonte





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

### Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 649/2023

#### Voto do Relator

#### Relatório

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 20, de 24/08/2023) que “Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente para execução dos recursos recebidos pelo Município referente às Emendas Parlamentares e Transferências Especiais Federais e Estaduais.”

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, o Projeto foi analisado pela Comissão de Legislação e Justiça, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Tendo sido designado Relator, conforme despacho de recebimento, passo a análise do Projeto de Lei nº 649/2023, quanto ao mérito na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, conforme o art. 52, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c” do Regimento Interno.

#### Fundamentação

De autoria do Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 649/2023, em suma, autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

A abertura de crédito visa promover a inclusão de fonte de recurso específica aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da Prefeitura, para pagamento de



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

despesas conforme objetos especificados no âmbito das Emendas Parlamentares e Transferências Especiais Federais e Estaduais recebidas pelo Município.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno.

Quanto ao mérito na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, cabe a análise de adequação da proposição com o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais; sua repercussão financeira; e a compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

O Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao orçamento vigente, no valor de R\$30.000.000,00 (vinte milhões de reais), a fim de viabilizar a execução de diversas despesas a partir dos recursos recebidos pelo Município referente às Emendas Parlamentares e Transferências-Especiais Federais e Estaduais.

A proposição está em conformidade com o que dispõe a Constituição da República no Capítulo II, Das Finanças Públicas, Seção II, Dos Orçamentos, quanto a autorização para abertura de créditos adicionais, em especial o que dispõe o art. 165, § 8º e art. 167, incisos III e V.

A constituição da República determina que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Ainda, o texto constitucional veda, dentre outros, a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, e a abertura de crédito



suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Dessa forma, conclui-se que o Projeto de Lei em análise encontra-se dentro das exceções permitidas pelo texto constitucional para abertura de créditos especiais, vez que representa autorização legislativa formal, a ser aprovada pelo Poder Legislativo, e contém a indicação específica dos recursos correspondentes.

Ressalta-se ainda que a proposição se encontra em estrita concordância com a Lei nº 4.320/1964, que em seu art. 43 dispõe: "A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa."

Também se verifica a conformidade com o art. 134 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, que reproduz o disposto no art. 167 da Constituição Federal e veda:

"Art. 134 - São vedados:

(...) III - a realização de operações de crédito:

(...) b) que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara, por maioria de seus membros;

(...) V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;"

No que tange a análise quanto ao mérito na comissão de Orçamento e Finanças Públicos, e pertinência com legislação orçamentária, concluo pela aprovação do Projeto de Lei 649/2023.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Conclusão

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei 649/2023.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2023.

**Vereador Cleiton Xavier**

Relator

*Ver. Cleiton Xavier*  
Câmara Municipal de Belo Horizonte



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## RESPOSTAS EM PAUTA

### 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

#### Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão” ou “Indicação”, seguido do respectivo número do requerimento/da indicação e do ano.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Ofício Dirleg nº 7483/2023**

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2023.

Senhor Presidente,

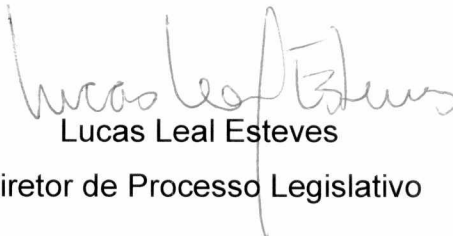
Informo a V. Exa. e aos diletos membros deste colegiado que, no dia 21 de agosto de 2023, foi apresentado ao Colégio de Líderes um pedido de reserva de data, por parte da Sra. Marina Guimarães Silva Bitencourt, Diretora de Emendas Parlamentares da Prefeitura de Belo Horizonte, para apresentação, a todas as vereadoras e vereadores, do Portfólio de Emendas Parlamentares.

O objetivo do encontro é oportunizar à Prefeitura de Belo Horizonte a apresentação dos projetos, programas e ações pleiteados pelos órgãos municipais para financiamento, na Lei Orçamentária 2024, por recursos das Emendas Parlamentares Individuais dos Vereadores.

Ficou definida a data de 9 de outubro de 2023, às 9h, no Plenário Amyntas de Barros, para realização do encontro, que tem duração estimada de 4 horas. Na ocasião, os técnicos da Prefeitura farão as apresentações e estarão à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Informo, ainda, que este comunicado será enviado por e-mail a todas as vereadoras e vereadores, para ciência.

Atenciosamente,

  
Lucas Leal Esteves  
Diretor de Processo Legislativo

**Ao Exmo. Vereador**

**Professor Cleiton Xavier**

**Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas**

AVULSOS DISTRIBUÍDOS	
EM	24/9/23
R. 685	
Responsável pela distribuição	

SIL 5039